

PROEJTO DE LEI N.º 129/2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMI, órgão deliberativo, de caráter permanente e paritário na sua composição, vinculado administrativa e financeiramente à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMI):

- I - Definir diretrizes para a formulação da Política Municipal do Idoso.
- II - Aprovar a Política Municipal do Idoso a ser proposta pelo executivo.
- III - Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da Política Municipal do Idoso.
- IV - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados à população idosa pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município.
- V - Fazer proposições objetivando aperfeiçoar a legislação municipal referente à política de atendimento ao idoso.
- VI – Receber denúncias sobre violações dos direitos da pessoa idosa efetuando o encaminhamento destas aos Órgãos e Entidades responsáveis e propondo medidas para apuração e reparação dessas violações.
- VII – Participar na definição dos critérios de destinação dos recursos financeiros públicos às instituições que prestam serviços aos idosos.
- VIII – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 3º - O Conselho Municipal da Pessoa Idosa será integrado por (6) membros titulares e seus respectivos suplentes representantes do Governo Municipal e Sociedade Civil organizada, com atuação no Município.

- I – Do Governo Municipal (sugere-se para integrar o CMI os seguintes órgãos):

- a) representante(s) do órgão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
- b) representante(s) do órgão da Secretaria Municipal de Saúde
- c) representante(s) do órgão da Secretaria Municipal de Educação

II - Da sociedade civil organizada (sugestão):

- a) representante (s) de entidades Emater, (ASCAR)
- b) representante (s)) de Grupo Unidos da Terceira Idade
- c) representante (s) da Associação do Sindicato dos Municípios (SIMNOBA)

Parágrafo Único - Os membros do CMI e seus respectivos suplentes serão indicados pelas áreas nele representadas e designados por ato do Prefeito Municipal para o mandato de dois anos, permitida uma recondução, por igual período.

Art. 4º - O CMI terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio, que deverá ser aprovado num prazo máximo de 60 (sessenta dias) a contar da posse de seus membros.

Art. 5º - O CMI se reunirá ordinariamente uma vez por mês, podendo ser convocada extraordinariamente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 6º - O CMI terá a seguinte estrutura:

I – Plenário como órgão de deliberação máxima.

II – Diretoria eleita entre seus membros.

Art. 7º - Após a posse de seus membros, no prazo de 60(sessenta) dias, o CMI deverá elaborar o Regimento Interno que será instituído por ato do Executivo, depois de aprovado por dois terços de seus membros.

Art. 8º – As deliberações do Conselho, incluindo as eleições, serão tomadas por maioria absoluta de votos das instituições conselheiras.

Art. 9º – Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, prover a estrutura administrativa, financeira e de recursos humanos necessária ao funcionamento do Conselho.

Art. 10 – Os conselheiros do Conselho Municipal do Idoso não receberão qualquer tipo de remuneração e o exercício da função de conselheiro será considerado de interesse público relevante.

Art. 11 – Fica assegurado o ressarcimento das despesas com passagem, alimentação, estada e transporte aos conselheiros representantes das entidades não-governamentais, titulares ou suplentes, quando em representação do órgão colegiado, reuniões plenárias e de comissões.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, AOS 09 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2025.

Marcia Raquel Rodrigues Presotto

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Ilustres Vereadores Municipais:

Apresentamos o incluso projeto de Lei a fim de que mereça a atenção e a aprovação dos integrantes desta Colenda Casa.

Trata-se de autorização para que o Executivo Municipal realize a Criação do Conselho Municipal do Idoso junto ao Município de Novo Barreiro.

Considerando a Política Nacional da Pessoa Idosa, como garantia ao acesso a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios com qualidade, garantindo o acolhimento digno e humanizado a toda a pessoa Idosa que esteja em situação de risco, vulnerabilidade social ou com laços afetivos fragilizados. O estatuto do idoso LEI Nº10.741/2003, assegura o acesso à saúde, educação, cultura, lazer e ao trabalho, além de proteção contra negligência, discriminação, violência e opressão, no estatuto se estabelece que a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público têm a obrigação de assegurar esses direitos com prioridade absoluta. O que inclui políticas sociais específicas.

Objetivo: o que se pretende como presente Projeto de Lei é instituir a busca ativa dos idosos no município, uma iniciativa no sentido de consolidar a implementação de Políticas Públicas, dando uma dimensão mais ampliada com intuito de potencializar a vivência ao lazer de forma a valorizar a diversidade, a sociabilidade e identidade cultural dos grupos de idosos.

Ademais, a criação do conselho não acarretará custos financeiros significativos, uma vez que as funções dos conselheiros são voluntárias e consideradas de grande interesse público. A criação do conselho garante ao município a regularização e a obtenção do Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo (ARCPF), que é crucial para o acesso a recursos estaduais e federais destinados a causa da Pessoa Idosa.

Para tanto pedimos a aprovação do projeto de lei em Regime de Urgência Urgentíssima, para que o município possa avançar na proteção e na promoção dos direitos dos idosos, garantindo-lhes qualidade de vida e dignidade.

Sendo o objetivo do presente, ao ensejo reiteramos nossos cordiais saudações e nos colocamos a disposição para prestar esclarecimentos adicionais que eventualmente se façam necessários.

Atenciosamente.

Marcia Raquel Rodrigues Presotto
Prefeita Municipal